

Trabalhadoras em Rio Grande: perspectivas de gênero e raça nos Mundos do Trabalho na cidade do Rio Grande (RS)

Olivia Silva Nery

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Felipe Treviso Bresolin

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Recebido em: 30 jan. 2026

Aprovado em: 20 jul. 2026

Publicado em: 31 ago. 2026

* Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS no Curso de Museologia (DCI/FABICO) e Docente Permanente no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMusPa). Doutora em História PUCRS, com doutoramento sanduíche (Bolsista CAPES/ PDSE) na Universidade Autónoma de Lisboa. Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel, e Bacharela em História pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. É coordenadora do GT Mundos do Trabalho da ANPUH-RS (2024-2026) e integra a Diretoria do Comitê Brasileiro para a Preservação do Patrimônio Industrial - TICCIH-BR. E-mail: olivianery@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-0114-9627>

 <http://lattes.cnpq.br/3730601375284122>

** Doutorando e mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduado em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É coordenador do GT Mundos do Trabalho da ANPUH-RS (2024-2026) e participa do Grupo de Pesquisa CNPq Trabalho, Resistência e Cultura. E-mail: felipetbresolin@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0002-4844-0454>

 <http://lattes.cnpq.br/1962439077661582>

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar as relações de gênero e raça nas diferentes esferas do trabalho, tendo como recorte espacial a cidade do Rio Grande (RS) no período inicial do processo de industrialização local (1873-1920). O texto busca colaborar com as escassas pesquisas que tratam desse período na cidade, relacionando-as com o cenário nacional. Partindo do aporte teórico da História Social do Trabalho, analisam-se diferentes aspectos dos Mundos do Trabalho a partir da interseção entre gênero e raça. Foram utilizadas diversas fontes históricas, sobretudo a imprensa local, fotografias e um livro de registro de correspondências. Em termos conclusivos, o artigo demonstra o quanto as mulheres foram uma força ativa e significativa no universo laboral, seja na esfera pública ou privada, em fábricas ou em outros postos de trabalho. Essas trabalhadoras enfrentaram diversos tipos de violência e exploração, sendo a grande maioria delas mulheres negras. O contexto de pós-abolição de uma sociedade racista e sexista demonstra que Rio Grande deve ser lida a partir de uma perspectiva de classe, gênero e raça, e que seu caso auxilia na compreensão do cenário nacional dos Mundos do Trabalho.

Palavras-chave: gênero; raça; mundos do trabalho; Rio Grande.

Women workers in Rio Grande: gender and race perspectives in the world of labor in the city of Rio Grande (RS)

Olivia Silva Nery

Federal University of Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil

Felipe Treviso Bresolin

Federal University of Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil

Received: 30th Jan. 2026

Approved: 20th Jul. 2024

Published: 31st Aug. 2026

* Professor at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) in the Museology Program (DCI/FABICO) and Permanent Faculty Member in the Graduate Program in Museology and Heritage (PPGMusPa). She holds a PhD in History from the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul (PUCRS), including a doctoral research period abroad (CAPES/PDSE scholarship) at the Autonomous University of Lisbon. She holds a Master's degree in Social Memory and Cultural Heritage from the Federal University of Pelotas (UFPeI) and a Bachelor's degree in History from the Federal University of Rio Grande (FURG). She is coordinator of the Labor Worlds Working Group of ANPUH-RS (2024–2026) and serves on the Board of the Brazilian Committee for the Preservation of Industrial Heritage (TICCIH-BR). E-mail: olivianery@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-0114-9627>

 <http://lattes.cnpq.br/3730601375284122>

** PhD candidate and Master's degree holder in History from the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). He holds a Bachelor's degree in History (Teaching Licensure) from the Federal University of Rio Grande (FURG). He is a scholarship recipient of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). He is coordinator of the Labor Worlds Working Group of ANPUH-RS (2024–2026) and a member of the CNPq Research Group *Labor, Resistance and Culture*. E-mail: felipetbresolin@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0002-4844-0454>

 <http://lattes.cnpq.br/1962439077661582>

Abstract

This article aims to analyze gender and race relations in different spheres of work, focusing on the city of Rio Grande (RS) during the initial period of its industrialization (1873-1920). The text seeks to contribute to the scarce research on this period in the city, relating it to the national context. Based on the theoretical framework of the Social History of Labor, different aspects of the Worlds of Labor are analyzed from the intersection of gender and race. Various historical sources were used, especially the local press, photographs, and a correspondence register. In conclusion, the article demonstrates how women were an active and significant force in the labor market, whether in the public or private sphere, in factories or other jobs. These workers faced various types of violence and exploitation, the vast majority of whom were Black women. The post-abolition context of a racist and sexist society demonstrates that Rio Grande must be understood from a perspective of class, gender, and race, and that its case helps in understanding the national landscape of the Worlds of Labor.

Keywords: gender; race; worlds of labor; Rio Grande.

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar as relações entre gênero e raça nas diferentes esferas de trabalho, tendo como recorte espacial a cidade do Rio Grande (RS), no período inicial do processo de industrialização local (1873-1920). Este trabalho busca contribuir com os escassos estudos que tratam sobre as formas de exploração, violência, resistência, organização e trabalho feminino no período Pós-Abolição rio-grandino. Rio Grande, cidade portuária e industrial, situada ao sul do Rio Grande do Sul, foi local de chegada e comercialização de milhares de pessoas escravizadas, bem como pioneira no processo de industrialização do estado. Essa realidade denota a relevância histórica do município para a compreensão do universo laboral, suas especificidades e relações nacionais e internacionais, associado às questões de raça e gênero.

Nessa direção, este artigo propõe responder a seguinte questão: Em que medida as experiências das mulheres no processo de organização da classe trabalhadora e nas práticas laborais na cidade do Rio Grande nos permitem compreender as relações entre gênero e raça no contexto brasileiro dos Mundos do Trabalho? Tal pergunta norteará as análises e reflexões teórico-conceituais, aqui situadas, sobretudo, a partir da História Social do Trabalho. Sem a pretensão de esgotar o tema ou dar conta da sua complexidade, este artigo se soma a outros estudos que visam refutar a ideia de uma classe trabalhadora exclusivamente masculina, ou de mulheres passivas “sem expressão política nem contorno pessoal” (Rago, 2013, p. 579).

Em termos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se sendo qualitativa de abordagem exploratória, que faz uso de diferentes fontes históricas (jornais, fotografias e correspondências) para aprofundar em questões que tangenciaram diretamente os diferentes espaços laborais. A imprensa rio-grandina é compreendida como força ativa da história (Alves, 2005), espaço de disputa e de poder que atua na sociedade. Notícias, textos editoriais, caricaturas e anúncios fazem parte da diversidade textual e polifônica de um jornal e, neste texto, serão analisados em busca de informações sobre as mulheres nos Mundos do Trabalho rio-grandino. Fotografias são analisadas considerando suas particularidades e discursos (Tessari, 2013). Mais do

que meramente ilustrativas, servem aqui como ponto chave para analisar as relações e o cotidiano de trabalho dessas mulheres, bem como compreender quem elas eram.

Dessa forma, este artigo está dividido em três principais seções, seguido dos aspectos conclusivos. Iniciamos com o marco teórico e conceitual que baseiam as análises e reflexões, a partir da História Social do Trabalho, nomeadamente as produções que abordam o contexto latinoamericano e as questões de gênero e raça. Em seguida, abordamos a participação das mulheres na organização da classe trabalhadora em diferentes setores do Mundos do Trabalho na cidade do Rio Grande. Em um terceiro momento, analisamos alguns aspectos que envolvem gênero e raça em três fábricas rio-grandinas: Fábrica Ítalo-brasileira (têxtil), Leal Santos & C (alimentícia) e Poock (fumo). Por fim, encerramos este artigo com as considerações finais.

Gênero, classe e raça no Mundos do Trabalho

A crítica historiográfica proposta por David R. Roediger (2013) em seu artigo clássico, "E se o trabalho não fosse branco e masculino? Recentrando a história da classe trabalhadora e estabelecendo novas bases para o debate sobre sindicatos e raça," demonstrou a necessidade de reavaliar a composição da classe trabalhadora global. Baseando-se na historiografia do trabalho estadunidense, o autor argumenta que a análise tradicional frequentemente se ancorou em um viés branco e masculino, resultando na invisibilidade de vastas experiências laborais de outros segmentos sociais. Roediger, nesse sentido, postula a necessidade de "recentrar" a historiografia dos mundos do trabalho e de seus sujeitos.

No contexto brasileiro, observa-se uma dinâmica convergente a essa proposição crítica. A partir da virada do século XXI, o campo da história do trabalho experimentou um robusto processo de ampliação temática, metodológica e de enfoque, cujo aspecto central foi a complexificação da composição histórica da classe trabalhadora nacional. Por um longo período, a exemplo de outras localidades, o estudo da formação de classe limitou-se predominantemente às esferas produtivas,

concentrando-se na figura do trabalhador fabril, tradicionalmente concebido como restrito a homens, brancos, de ascendência europeia e organizados em sindicatos¹.

Contudo, o reconhecimento das clivagens estruturantes das relações de classe, a exemplo das dimensões de gênero e raça, impulsionou pesquisas dedicadas a resgatar as experiências de outros sujeitos na história do trabalho no Brasil, como as mulheres trabalhadoras (negras ou brancas), engajadas ou não politicamente. Essa dinâmica reorientou o interesse historiográfico para esferas laborais historicamente negligenciadas, a exemplo dos domínios da domesticidade e da reprodução social. Dessa forma, a presente investigação alinha-se a essa concepção ampliada do conceito de classe trabalhadora, valorizando a atualidade analítica da categoria, mas recusando sua limitação a determinados segmentos sociais (homens, brancos, assalariados, produtivos, entre outros). O desafio central reside, portanto, em apreender gênero, raça e classe como elementos constitutivos e indissociáveis, embora presentes em combinações específicas em cada situação concreta. Para tal, o estudo se fundamenta em debates clássicos do feminismo marxista e nas mais recentes contribuições da historiografia do trabalho.

É durante a década de 1990 que a historiografia do trabalho brasileira, influenciado por trabalhos teóricos emergentes em outras áreas do conhecimento² produz importantes e pioneiras pesquisas sobre as trabalhadoras. Partindo de fontes empíricas, esses estudos abordaram principalmente a situação das operárias nas fábricas, examinando a dinâmica complexa em que o capitalismo se apropria do sexismo para intensificar a exploração de segmentos da classe trabalhadora.

Entre esses primeiros impulsos investigativos, destacam-se análises que se tornaram marcos conceituais. É o caso do trabalho de Elisabeth Souza-Lobo (1989),

1 A constituição da História Social do Trabalho no Brasil esteve inicialmente fortemente associada aos estudos sobre industrialização, sindicalismo e movimento operário urbano, representados por obras clássicas como *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890–1920)*, de Boris Fausto (1976), e *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890–1920*, de Sheldon Leslie Maram (1979). Essas pesquisas foram fundamentais para a consolidação do campo, privilegiando, contudo, a experiência do trabalhador urbano, fabril, sindicalizado e predominantemente masculino.

2 Dentre os trabalhos pioneiros que demarcaram o campo de estudos sobre gênero, trabalho e sociedade no Brasil, destacam-se o livro *"A mulher na sociedade de classes: mito e realidade"*, de Heleieth Saffioti, publicado originalmente em 1969. Essa obra oferece uma análise sociológica robusta das relações de gênero articuladas às estruturas de classe. Ademais, ressalta-se as contribuições de Lélia Gonzalez na década de 1970, como o texto *"Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher"*. Os escritos de Gonzalez foram cruciais por introduzir a perspectiva interseccional na análise, abordando as opressões de gênero e classe inseparáveis das de raça e etnicidade.

notavelmente em seu ensaio "Experiência de mulheres – Destino de gênero", no qual a autora utiliza a história de vida de três operárias para mapear as múltiplas e históricas relações entre trabalho e gênero na experiência concreta daquelas trabalhadoras. Posteriormente, com foco no Rio Grande do Sul, a pesquisa de Isabel Bilhão (2008) possui primazia ao analisar a participação feminina no movimento operário porto-alegrense. A historiadora evidenciou como esta participação introduziu novos símbolos e reivindicações à luta operária, enriquecendo, assim, a compreensão da dinâmica sociopolítica da época. Outra contribuição fundamental para a História Social do Trabalho, particularmente sobre as trabalhadoras e as organizações sindicais, é a de Glaucia Fraccaro (2016). Em sua tese de doutorado, que deu origem ao livro "Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)", Fraccaro demonstra que a história do feminismo se articula intrinsecamente com a luta das trabalhadoras por melhores condições de vida e trabalho. A autora investiga a articulação entre os movimentos feministas internacional e nacional, tornando visíveis as redes transnacionais formadas por esse movimento durante o período entre guerras.

Tais trabalhos, profundamente influenciados pelos conceitos do historiador marxista E. P. Thompson³, buscam compreender como as trabalhadoras forjam visões de mundo, consciência de classe e cultura de classe a partir das relações concretas de trabalho e das experiências de vida. Em linhas gerais, as autoras convergem na percepção de que a trajetória de uma mulher trabalhadora constitui uma experiência diferenciada no mundo do trabalho, marcada estruturalmente pelo gênero. Isso se deve, entre outros fatores, à sujeição à dupla jornada, ao acesso restrito à educação e à persistência de remunerações menores, mesmo na execução de trabalho equivalente ao masculino. Tais condições geram uma experiência heterogênea entre trabalhadores e trabalhadoras, tornando imperativa a necessidade de uma análise que promova a integração indissociável dos conceitos de classe e gênero.

3 É crucial ressaltar, contudo, que apesar da influência do historiador E. P. Thompson em novas abordagens na historiografia do trabalho, inclusive no que tange à inserção da categoria de gênero, autoras como Joan Scott (1998) apresentaram críticas substanciais à sua obra. Scott questionou o fato de Thompson não ter incorporado de maneira efetiva as relações de gênero na análise do processo de formação da classe operária inglesa. Em suas obras, de acordo com a autora, o sujeito feminino frequentemente se encontrava sub-representado, aparecendo predominantemente em posições ou situações secundárias em relação à experiência masculina.

Os debates contemporâneos sobre o trabalho feminino têm experimentado um ressurgimento notável, impulsionado por uma reavaliação das fronteiras entre as esferas pública e privada e pela necessidade de visibilizar as múltiplas manifestações do trabalho reprodutivo. Tais questionamentos têm fomentado a emergência de novos aportes teóricos que oferecem leituras renovadas da realidade socioeconômica. Nesse contexto, a Teoria da Reprodução Social (TRS) se estabelece como uma perspectiva marxista crucial, desenvolvida predominantemente na última década por pesquisadores internacionais e brasileiros⁴. O escopo desta teoria concentra-se na análise das determinações estruturais do modo de produção capitalista sobre a reprodução social da força de trabalho e sua articulação com as diversas formas de opressão. A TRS se fundamenta na crítica à concepção homogênea de classe, argumentando que esta contribuiu para as dificuldades na apreensão da inserção das trabalhadoras nas esferas privada e pública. Consequentemente, as limitações na compreensão da heterogeneidade da classe decorrem de um conceito construído quase que exclusivamente a partir do local de produção e da relação salarial direta.

Para Bhattacharya (2023), a força de trabalho é reproduzida por três processos interconectados: 1) Por atividades ligadas à manutenção diária dos trabalhadores ativos, que regeneram e repõem as energias da força de trabalho, permitindo que ela retorne ao local de trabalho; 2) Por atividades relacionadas ao cuidado dos não-trabalhadores das classes subordinadas (crianças, idosos, doentes, e outros membros não-trabalhadores nas famílias); 3) Pela reposição geracional (biológica) da classe trabalhadora, através do parto.

Desse modo, ainda de acordo com a autora, os trabalhos de reprodução social podem ser categorizados em três modalidades principais: 1) O trabalho doméstico não pago, executado dentro da família de forma privada e gratuita (cuidado das roupas, preparo da comida, criação/educação/socialização das crianças, cuidado dos idosos e doentes etc.); 2) Diversas formas de trabalho doméstico remunerado (empregadas, faxineiras, babás, enfermeiras, cozinheiras etc.); 3) Trabalhos assalariados diversos – que podem inclusive ser produtivos – que estão ligados à manutenção e reprodução

4 No panorama internacional, a TRS conta com contribuições cruciais de diversas autoras, dentre as quais se destacam: Lise Vogel (2022), Cinzia Arruzza (2015), Tithi Bhattacharya (2023) e Susan Ferguson (2017). No cenário nacional, a produção sobre a temática também apresenta relevância crescente, com nomes como Rhaysa Ruas (2025), Bárbara Araújo Machado e Flávia Fernandes de Souza (2023), entre outras pesquisadoras.

da força de trabalho, como por exemplo trabalhos ligados à educação, saúde, alimentação, limpeza etc.

O reconhecimento da centralidade do trabalho reprodutivo impõe, portanto, a necessidade de redefinir a composição da classe trabalhadora. Ela não é constituída apenas por trabalhadores produtivos, mas inclui, de forma fundamental, as trabalhadoras que desempenham atividades na esfera doméstica. Este entendimento impulsionou o desenvolvimento de investigações dedicadas à análise das formas de trabalho até então invisibilizadas. A TRS, assim, enfatiza a relação intrínseca entre os processos sociais que geram a força de trabalho e aqueles que criam valor no mercado, argumentando que a classe trabalhadora transcende os indivíduos diretamente inseridos no mercado formal, englobando todos aqueles que, por meio de seus esforços reprodutivos, sustentam as condições necessárias para que a força de trabalho seja reposta e possa contribuir produtivamente. Em última análise, o trabalho reprodutivo revela-se fundamental ao sustentar as bases para a reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, para a própria manutenção da estrutura social capitalista.

Um exemplo que articula a TRS com o campo da História do Trabalho é a pesquisa de Flávia Fernandes de Souza (2017). O estudo da autora concentra-se na análise das trabalhadoras da cidade do Rio de Janeiro no período entre 1850 e 1920, com um enfoque nas relações de gênero, raça e classe presentes nas experiências das domésticas. Souza evidencia o histórico descumprimento ou a exclusão das leis trabalhistas, bem como a precariedade das relações laborais nesse setor. Conforme a pesquisadora, o trabalho doméstico foi um tema raro na historiografia brasileira até o início dos anos 2000. A emergência da investigação sobre o trabalho doméstico no domínio da História está intrinsecamente ligada às transformações observadas na história social do trabalho e ao diálogo estabelecido com outras esferas historiográficas, nomeadamente a história das mulheres e a história da escravidão e do pós-abolição.

Essas investigações recentes sublinham a necessidade de ampliar os horizontes da pesquisa histórica, fomentando estudos que interconectem as áreas do conhecimento da História da Escravidão e do Pós-abolição, da História das Mulheres e dos Estudos de Gênero, além da História Social do Trabalho. Tais análises indicam a

existência de um campo empírico fértil para a pesquisa sobre a temática, que pode revelar as especificidades de cada conjuntura histórica e recorte espacial nas continuidades e transformações das experiências laborais das trabalhadoras domésticas. Ademais, os estudos demonstram que a formação da classe ocorre tanto dentro quanto fora do local de produção, e que o espaço familiar se constitui como um elemento analítico crucial, por ser onde se manifestam diversas assimetrias presentes no interior da classe trabalhadora.

Dessa forma, a partir do arcabouço teórico e historiográfico previamente apresentado, o presente artigo se propõe a analisar as permanências, flutuações e transformações concernentes às relações sociais de gênero em sua intersecção com as dinâmicas sócio laborais e de exploração de classe na cidade do Rio Grande. Conforme delineado nesta seção, para que as dinâmicas socioeconômicas sejam compreendidas em sua totalidade, os recortes de gênero e de raça devem ser considerados fatores integrantes de qualquer análise dos processos de desenvolvimento econômico e dos mundos do trabalho. Tais categorias constituirão elementos centrais para a análise proposta neste estudo.

Mulheres na luta: participação feminina na organização da classe

Rio Grande, município costeiro situado no extremo sul do Brasil, possui uma estrutura socioeconômica intrinsecamente ligada às atividades comerciais derivadas da pecuária e da charqueada rio-grandense. Com a ascensão e consolidação de Pelotas, cidade limítrofe a aproximadamente 50 km, como o principal centro produtivo de charque, Rio Grande se estabeleceu, em função de seu porto, como a principal via de exportação deste produto. A forte incidência da monocultura e o emprego da mão de obra escravizada nesse sistema de produção culminaram no uso extensivo do trabalho escravo da população negra em ambas as cidades. Notavelmente, Rio Grande registrou um dos maiores percentuais de trabalhadores escravizados negros no Rio Grande do Sul durante o século XIX, com estimativas que variaram entre 18% e 41% da população total (Scherer, 2008, p. 25).

O acúmulo de capital propiciado pela charqueada e pelo comércio de exportação e importação, fundamentalmente impulsionado pela exploração da mão

de obra negra, revelou-se crucial para o desenvolvimento econômico do polo Rio Grande-Pelotas no século XIX, transformando-o em um dos principais centros industriais do Rio Grande do Sul (Martins, 2006, p.73). Nesse sentido, Beatriz Loner (2016, p. 167) afirma que, após a Abolição, muitos libertos e ex-escravizados permaneceram nas cidades, integrando-se aos setores de serviços, transporte, construção civil e às indústrias recém-instaladas. Esses indivíduos passaram a compor uma parcela significativa dos trabalhadores urbanos, sendo considerados os "operários em excelência da região".

Em virtude desse panorama histórico, Bresolin (2023) enfatiza que a análise do processo de formação da classe trabalhadora em Rio Grande exige a superação de uma perspectiva que o restringe ao período pós-abolição, em 1888. É fundamental reconhecer que a denominada transição para o trabalho livre não se configurou como uma ruptura abrupta, que resultaria na substituição integral da mão de obra negra, escravizada e liberta, por imigrantes europeus brancos. Ao contrário, ao longo do século XIX, o cenário laboral rio-grandino e brasileiro foi caracterizado pela coexistência de trabalhadores escravizados, livres e libertos; a fluidez das distintas modalidades de exploração no contexto do passado escravista tornava as fronteiras entre elas tênues e imbricadas. Desse modo, a análise das experiências de trabalho nesse período em Rio Grande, inclusive no ambiente fabril, requer uma abordagem que contemple a articulação dessas diversas formas de trabalho, evidenciando, como sugere Silvia Lara (1998), suas conexões e não uma oposição irreconciliável.

Nesse contexto de reconfiguração das relações de trabalho, o setor de "serviços", e especificamente os "serviços domésticos", configura-se como um dos campos mais emblemáticos para a análise dos complexos processos de exploração, especialmente quando se consideram as variáveis de gênero e raça. Os estudos históricos sobre os serviços domésticos fornecem elementos analíticos centrais para a investigação proposta. Flávia Fernandes (2017), a partir da análise do Rio de Janeiro, ressalta que este ramo do mercado de trabalho é caracterizado pelos seguintes fatores, mesmo após o término da escravidão e de outras formas compulsórias de exploração: persistência de fortes laços de dependência pessoal e de precariedade laboral; consolidou-se progressivamente como um espaço de trabalho crescentemente feminino e racializado; e foi uma das ocupações que mais empregou

trabalho compulsório (seja via escravidão ou variantes de servidão) nos centros urbanos e manteve sua relevância, ocupando um grande espaço no mercado de trabalho, particularmente nas economias periféricas, mesmo no período pós-abolição.

Retornando ao contexto de Rio Grande, a análise do Censo de 1872 referente à distribuição profissional de indivíduos escravizados revela dados significativos. Ao segmentar a população escravizada por área de atuação, observa-se que o setor de "serviços domésticos" constitui a área de maior concentração de mulheres escravizadas, atingindo uma cifra próxima a mil. Essa predominância numérica converge com as análises historiográficas sobre a formação da economia urbana brasileira. Conforme argumenta Flávia Fernandes, durante a estruturação de uma economia de caráter urbano-industrial no Brasil, a prestação de serviços domésticos cumpriu um papel essencial, além de se caracterizar como um espaço onde se manifestavam e operavam opressões de cunho patriarcal e racista. Tais opressões não atuavam de maneira isolada, mas sim de forma contraditória e integrada no conjunto das relações sociais de produção e de reprodução que são constitutivas da formação social brasileira.

Todavia, a consolidação desse movimento histórico de reestruturação das relações de trabalho, que forjou novos arranjos estatais, institucionais e de acumulação capitalista, também deu origem a uma série de lutas políticas por parte dos trabalhadores e trabalhadoras. Tais lutas tinham como objetivo central a alteração da natureza do regime de exploração então vigente. No que tange às demandas por liberdade e dignidade laboral, é possível identificar uma manifestação de organização das trabalhadoras domésticas em Rio Grande já em 1890. Este movimento insurgiu-se diretamente contra as leis que regulamentavam, controlavam e disciplinavam a locação de serviços das chamadas "criadas" e "amas de leite" por meio do uso compulsório das "cadernetas"⁵.

5 Em determinado momento, a Câmara Municipal do Rio Grande promulgou o *Regulamento sobre a Locação do Serviço dos Criados de Servir e Amas de Leite da cidade*, uma legislação composta por 27 artigos. O mecanismo central imposto por este regulamento era o uso da caderneta de trabalho, que servia para o registro formal de contratos, exonerações e, sobretudo, da conduta dos empregados. Após o registro da admissão e da demissão pelos empregadores, cabia ao trabalhador apresentar o documento à Câmara Municipal, onde os apontamentos seriam transcritos para o *Livro de Certificados*. Este sistema de controle foi percebido pelos trabalhadores como uma restrição ao direito de liberdade, além de um instrumento de constrangimento e perseguição direcionado majoritariamente à população negra.

A reunião foi noticiada pelo jornal caricato *O Bisturi* em um artigo intitulado “Um comício de criados e criadas”. Embora a publicação descreva o evento com ironia, relata que a reunião foi acompanhada por “um numeroso concurso de senhoras e cavalheiros, do que há mais distinto na classe culinária”, reunidos para debater a “abolição do uso das cadernetas”. O periódico transcreve trechos da fala do orador, destacando-se a seguinte interpelação:

Minhas senhoras e meus senhores, sabeis que a lei de 13 de maio trouxe escrito na sua bandeira as palavras Liberdade e Igualdade (Muito bem, o orador é interrompido por muitos bravos). Pois bem, se assim é, meus senhores e minhas senhoras, devemos nos congregar para ante os poderes do Estado federativo protestar em nome da civilização de um povo livre, contra o uso humilhante e vexatório das cadernetas de criados, etc, etc. (O BISTURI, Rio Grande, 09/02/1890).

Na edição seguinte, o mesmo periódico publicizou uma caricatura que ironizava a articulação das trabalhadoras. Comparando-a com a organização dos tipógrafos que ocorria no mesmo período, o jornal enfatizava que a “mania de organização” estava se difundindo na sociedade, atingindo inclusive o setor de trabalho doméstico. De forma depreciativa, a charge era acompanhada pela legenda: “E é nosso também vai *fazé* uma reunião para tudo nosso *ganhá* mais e *trabaiá* mais pouco. *Ué!* Basta *di disafolo*... vai também *pedi* para *qui* a venda não fecha a porta no domingo pra gente *bebe* cachaça!”

Figura 1 – Criadas



Fonte: O BISTURI, Rio Grande, 12/02/1890.

É emblemático, portanto, o registro de uma das primeiras articulações organizacionais da classe trabalhadora em Rio Grande no período pós-abolição ser protagonizada por mulheres negras e atuantes no serviço doméstico. Tal constatação corrobora as análises de autores como Bresolin (2023) e Mattos (2008), que salientam a influência dos valores forjados no contexto das lutas de classes da época, em especial a pauta antiescravista, na própria conformação da classe trabalhadora brasileira.

Com a consolidação de Rio Grande como a "cidade das chaminés" (Torres, 2015) no início do século XX, o parque industrial passou a empregar massivamente a mão de obra feminina. Como aponta Pena (1981), essa absorção priorizava setores como o têxtil e o alimentício, que reproduziam saberes do âmbito doméstico sob a justificativa de demandarem menor esforço físico. Contudo, tal crescimento fabril permanecia vinculado à esfera da reprodução social. A próxima seção utiliza fontes diversas para analisar a presença das operárias nesses espaços, visando desvelar as realidades de gênero e raça que permeavam o cotidiano fabril.

Trabalho fabril: as mulheres nas fábricas rio-grandinas

A cidade do Rio Grande consolidou-se, juntamente com Pelotas, como um importante polo industrial do Rio Grande do Sul e figurou por muitas décadas como pioneira em diferentes setores fabris (Loner, 2016; Martins, 2016). O processo de industrialização rio-grandino tem como marco a instalação da Fábrica Rheingantz, do ramo têxtil, em 1873. A partir de então, centenas de outras fábricas de diferentes setores e tamanhos passaram a funcionar no município, com maior crescimento a partir de 1890 e 1910 (Martins, 2016).

De acordo com Solismar Martins (2016), o perfil econômico da primeira fase industrial da cidade (1873-1960), engloba diferentes contextos nacionais, iniciando pela chamada industrialização dispersa, até a década de 1930, momento no qual o desenvolvimento industrial acontecia de forma isolada, sem a participação e o investimento efetivo do Estado ou uma integração nacional. Durante esse período, as fábricas eram caracterizadas pela produção de bens de consumo não duráveis, nomeadamente têxtil, alimentos e fumo.

Ao longo de mais de 150 anos desde o início do processo de industrialização rio-grandino, em suas diferentes fases e características, as mulheres estiveram presentes em vários setores, cargos e funções. Entretanto, neste artigo nos deteremos em analisar a presença feminina no período referente à primeira fase industrial, bem como os processos de violência de gênero que elas estiveram submetidas e envolvidas nas fábricas rio-grandinas.

Segundo Matoso (2024, p. 28), em 1920 “o setor industrial de Rio Grande empregava um total de 4.325 trabalhadores e 2.223 trabalhadoras”. Numa perspectiva regional, incluindo a cidade vizinha Pelotas, Silva (1996, p. 158) reforça que “as mulheres compunham cerca de um terço da mão-de-obra industrial desses dois municípios”. Considerando a divisão sexual do trabalho (Souza-Lobo, 2021), a construção social do papel feminino na sociedade que atribui a existência de uma capacidade e uma habilidade pelo trabalho manual (Matos; Borelli, 2013), as mulheres ocupavam, em sua maioria, cargos e funções que correspondessem com tal visão.

Buscaremos, a partir deste momento, tratar sobre a presença das mulheres em diferentes estabelecimentos fabris, com o objetivo de compreender algumas questões que envolvem gênero e raça. Salientamos, entretanto, que trata-se de um estudo inicial e que não tem por intuito dar conta das inúmeras lacunas historiográficas a esse respeito. Conforme exposto anteriormente, setores como o têxtil, o alimentício e o fumo possuíam grande presença da mão-de-obra feminina (Aravanis, 2010), portanto, nos limitaremos em três fábricas que representam estes respectivos ramos industriais: a) Fábrica Ítalo-brasileira, do setor têxtil, b) Fábrica Leal, Santos & C., do setor de alimentos e c) Fábrica de Charutos Pooch, do setor de fumos e tabaco.

Fábrica Ítalo-Brasileira

Fundada em 1893 pelo imigrante italiano Giovanni Henseberger, iniciou suas atividades no ano seguinte, em 1894. A escolha para a instalação desta fábrica estava diretamente associada à existência da pioneira Fábrica Rheingantz, do mesmo setor. Logo nos primeiros anos de funcionamento, Henseberger vendeu a fábrica para Santo Becchi, outro imigrante italiano, que passou a ser proprietário da empresa, sendo a matriz em Gênova e a filial em Rio Grande, sob administração de Alberto Walty.

A fábrica funcionou até a década de 1970 na produção de tecidos de algodão, e foi responsável por uma significativa transferência de imigrantes italianos para a cidade. De acordo com os dados disponíveis no livro de memórias⁶ da empresa, apenas entre 1896 e 1897, mais de 50 mulheres saíram de diferentes regiões da Itália (Palermo, Voghera, Codevilla, Calcagno e Brescia) para trabalharem na fábrica. Com idades entre 5 e 49 anos, essas mulheres e crianças migraram, majoritariamente, com suas famílias e tinham funções previamente estipuladas. As principais funções destinadas para as mulheres imigrantes no período (1896-1897) eram:

Tabela 1– Função e setor das trabalhadoras (mulheres e crianças) imigrantes na Fábrica Ítalo-brasileira (1896-1897)

Função/ Seção	Quantidade
Tecedora	30
Em casa	9
Urdidora	4
Fusos	4
Maçarocas	2
Carretéis	1
Servente	1

Fonte: Elaboração dos autores com base no manuscrito Memórias sobre a Companhia Fiação e Tecelagem Rio Grande, datado de 1950. Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande.

A maior quantidade de tecedoras pode ser compreendida à luz de algumas questões: a) a importância do setor da tecelagem para as fábricas têxteis b) a

6 Livro manuscrito titulado Memórias sobre a Companhia Fiação e Tecelagem Rio Grande, datado de 1950, redigido por Alfredo Mariani, guarda livros da empresa à época. O livro apresenta transcrições de correspondências e outras documentações empresariais, documentos originais anexados ao livro e informações sobre o histórico da fábrica. Alfredo Mariani, escreveu no encerramento: "com a notícia acima ponho fim a este modesto manuscrito que, tanto para lhe dar um nome, chamarei de 'Memórias sobre a Companhia Fiação e Tecelagem Rio Grande'. Foi-me inspirado na ocasião em que dediquei minha atividade na organização do Arquivo da Companhia, para que, deste meu trabalho, ficasse alguma útil e tangível recordação".

experiência e especialidade das imigrantes italianas nessa função. Ao analisar a fábrica Cedro e Cachoeira, de Minas Gerais, Mônica Lage (2016), destaca que as mulheres representavam o maior número de trabalhadoras do estabelecimento e que o equivalente a 75% delas eram tecelãs, sendo as demais divididas em outros setores. Segundo a autora, “a tecelagem era um setor importantíssimo dentro da fábrica, por que determinava a quantidade e a qualidade dos tecidos produzidos na fábrica” (Lage, 2016, p. 80). Dessa forma, é possível supor que o mesmo cenário também acontecia na Ítalo-brasileira. Ademais, em correspondência trocada entre o proprietário e o gerente da fábrica, há a seguinte observação:

[...] Ditas operárias são todas de Cicagna, perto de Chiavari, país que abunda de tecedoras boas e ativas. Queirais fazer em modo que sejam satisfeitas de ter vindo trabalhar aí, para que possam escrever favoravelmente às suas companheiras que esperam notícias para decidir-se a partir, avisando assim uma corrente de boas e trabalhadoras operárias, que vos possam pôr em condições de fazer andar todos os 200 teares, no menor tempo possível⁷.

Percebe-se, portanto, a busca por uma mão-de-obra qualificada para trabalhar como tecedoras na fábrica, bem como uma certa preocupação da gerência em conseguir cativar e convencer outras mulheres imigrantes a trabalharem na fábrica. Esse dado está em concordância com o apontado por Loner (2016, p. 55), ao salientar que “o perfil do trabalhador ideal, buscado pela sociedade brasileira como um todo [...] era aquele do imigrante estrangeiro”. Destacamos que a maioria das imigrantes italianas destinadas a trabalharem “em casa” tem entre 5 e 8 anos de idade (71,4%), sendo que uma delas tem 24 anos e outra apenas 15 meses de idade. Entretanto, não é possível precisar qual era exatamente o trabalho desempenhado por tais crianças e tampouco o salário que recebiam. O trabalho infantil nas fábricas têxteis foi amplamente estudado por diferentes autoras e autores, tal como apontam Isabelle Pires e Paulo Fontes (2020). Presentes em diferentes setores, “nas primeiras décadas do século XX, o trabalho fabril foi uma das atividades em que a mão de obra infantil foi mais requisitada” (Pires; Fontes, 2020, p. 5). Vanessa Costa (2025), ao pesquisar sobre o trabalho feminino na Fábrica Rheingantz, indica um significativo número de mulheres que trabalhavam em suas casas para a Fábrica. Nesse sentido, é possível que

⁷ “Operários Matteo Bruzzo - 03/03/1898”, p. 57

as crianças desempenhassem atividades como essas ou auxiliassem suas mães, também trabalhadoras da fábrica, a exercerem outras tarefas ligadas ao trabalho.

Em meio às anotações das jornadas de trabalho e ordenamentos, Albert Walty enviou de Rio Grande, para Santo Becchi, a seguinte informação: “Constatamos que qualitativamente o trabalho das mulheres é sem dúvida melhor daquele que fazem os homens e, embora não se tenha feito estatísticas em mérito, supomos que também quantitativamente não seja inferior”⁸.

A observação registrada pela gerência evidencia a desigualdade e as violências que perpassam o trabalho feminino no ambiente fabril. Pois, embora o trabalho das mulheres seja melhor do que o desempenhado pelos homens, tal como destaca a fonte, os salários eram inferiores. Ainda que não seja possível precisar esse dado no caso específico da Ítalo-brasileira, tal diferença de remuneração “era basicamente o único dos elementos do trabalho que diferenciava segundo gênero e idade, posto que a maior remuneração era atribuída ao homem adulto e, portanto, as mulheres adultas e menores recebiam menos para a mesma função” (Pires; Fontes, 2020, p. 9). O mesmo acontecia na capital Porto Alegre, cujo salário nas fábricas têxteis era, em 1916, de 7\$000 para os homens e 4\$000 para as mulheres (Aravanis, 2010, p. 155).

As operárias da Ítalo-brasileira se organizaram, em diferentes momentos, em greves na busca dos seus direitos e melhores condições de vida. No ano 1919, o jornal *Echo do Sul* trazia a notícia “Parede - movimento feminino”, relatando a organização de cerca de 200 mulheres da seção de tecelagem da referida empresa, “solicitando-lhe o aumento de 50% sobre os seus salários, alegando a carestia da vida”⁹. Sem respostas definitivas por parte dos patrões depois de alguns dias de tratativas, “aproximadamente 200 operárias da seção de tecelagem abandonaram o trabalho retirando-se para suas casa”¹⁰. A paralisação foi contida com a presença ostensiva da Brigada Militar “a fim de garantir a ordem”¹¹ na fábrica.

8 “Trabalho das Mulheres”, 13/06/1897, p. 33.

9 *Echo do Sul*, 25/03/1920, p. 2

10 *Idem*

11 *Ibidem*.

Fábrica Leal, Santos & C.

A Leal, Santos & C., foi fundada em 1889 como uma filial da matriz lusitana, por um imigrante português, Francisco Leal Pancada, juntamente com seus filhos e genro, a fábrica alimentícia produzia conservas. Em 1898, passou por um processo de ampliação com a instalação de uma fábrica de biscoitos do tipo inglês. As fábricas alimentícias foram expressivas na industrialização do Rio Grande do Sul (Araújo, 2002), apresentando uma variedade de produtos: abate, conservas, banha, vinho, cerveja, massa, biscoito, frigoríficos (Araújo, 2002). Tal como destaca Bilhão (2008, p.2), assim como as fábricas têxteis, as fábricas alimentícias “passaram a utilizar em maior escala a mão-de-obra feminina”.

Em 1904 a Leal Santos em Rio Grande possuía cerca de 400 operários, entre homens e mulheres (Nery, 2020), que atuavam tanto na fabricação de conservas quanto na de biscoitos. A empresa possuía, setores de laticínios, litografia e de produção de caixas de madeira, que complexificavam o processo produtivo. No período entre o final do século XIX e início do XX, a Leal Santos figurou como uma das principais na produção de biscoitos a nível nacional (Nery, 2020), “sendo esta a mais importante fábrica neste gênero na América do Sul, tanto em extensão, número de operários e capital” (*Echo do Sul*, 02/02/1904, p. 2).

Dada a ausência de fontes empresariais que permitam uma maior compreensão e detalhamento da classe trabalhadora da Leal Santos, é difícil precisarmos como se dava a divisão sexual do trabalho. Por outro lado, o Museu da Cidade do Rio Grande possui um conjunto de fotografias da referida fábrica em seu acervo que nos possibilita a análise de aspectos fundamentais que concedem o preenchimento de algumas lacunas. Diferentes pesquisas têm utilizado as fotografias como fontes históricas para compreender os mundos do trabalho.

Tratando-se do caso específico do Rio Grande do Sul, destacamos três trabalhos que nos auxiliam na construção teórica-metodológica sobre o uso de tais fontes. Anthony Beaux Tessari (2013), analisou o cotidiano e as relações de trabalho a partir das fotografias da Metalúrgica Abramo Eberle, em Caxias do Sul /RS. O autor demonstra as múltiplas camadas de análise e a potência da cultura visual para a apreensão do que não está visível em outras fontes. No artigo “As fotografias de 1913 e o mundo do trabalho na Casa de Correção de Porto Alegre”, Tiago Cesar (2025)

reconstrói o mundo e o cotidiano do trabalho dos encarcerados, enfatizando os aspectos visíveis e invisíveis que carregam os discursos e os apagamentos das imagens. Com outra tipologia e conjunto de fotografias, Aristeu Machado Lopes (2022) se debruça na análise de gênero e raça por meio das fotografias 3x4 de trabalhadoras e trabalhadores que solicitaram a carteira profissional entre 1933 e 1944. Os autores e trabalhos aqui mencionados, convergem na compreensão de que as fotografias são fragmentos de um passado, possuem discursos, interesses e influências que não podem ser desconsiderados da análise histórica.

Nesse sentido, as fotografias da Leal Santos aqui analisadas devem ser compreendidas a partir do seu contexto de produção. Primeiramente, destacamos que essas são imagens realizadas pela própria direção da fábrica com o intuito de registrar as seções, setores, maquinários, trabalhadores e trabalhadoras. Diversas das imagens que compõem esse álbum, foram amplamente divulgadas na imprensa brasileira no período em que foram produzidas: 1910 e 1911 (Nery, 2020).

Com um total de 65 fotografias de autoria de Ricardo Giovannini¹², o conjunto registra diferentes setores, ambientes, horários e momentos do trabalho na Fábrica. Tendo em vista o recorte e a limitação deste artigo, analisaremos apenas duas fotografias que representam os aspectos aqui abordados. Como destaca Tessari (2013, p. 127), álbuns fotográficos devem ser considerados no seu conjunto, e a “narrativa que o álbum constrói deve ser respeitada, pois fornece informações valiosas sobre o sentido que o seu produtor original quis dar às fotos”. Portanto, reiteramos que os aspectos aqui levantados consideram todo o conjunto, ainda que não seja possível incluirmos todas as imagens. Somado à isso, cabe salientar, como será exposto posteriormente, tais fotografias foram produzidas com o intuito de demonstrar e enfatizar os ideias de progresso, de modernização, civilização e higiene do período (Nery, 2020).

12 O fotógrafo responsável, Ricardo Giovannini, era um imigrante italiano que trabalhou por muitos anos em Rio Grande, onde montou um ateliê fotográfico e um curso de desenho e pintura.

Figura 2 – Produção dos Biscoitos - Fábrica Leal, Santos & C., 1910.



Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande. Autoria: Ricardo Giovannini.

A primeira imagem (Figura 2) retrata, em primeiro plano, um grupo de meninas trabalhando na separação dos biscoitos. Elas trabalham em uma grande mesa de madeira, onde estão dispostas bandejas com tipos de biscoitos. Todas elas vestem um uniforme composto de avental branco e touca para cobrir os cabelos. Em segundo plano, ao lado esquerdo da imagem, está um homem em pé, direcionando seu olhar para onde trabalham as meninas e mulheres. Este uniforme é retratado em várias outras fotos do álbum, fato que acaba marcando o conjunto de imagens. Conforme exposto anteriormente, essas fotografias foram veiculadas pela imprensa local e nacional, e também eram levadas por representantes da fábrica em viagens de negócios (Nery, 2020). Ao analisarmos as duas fontes (fotografia e imprensa) percebemos as conexões entre ambas, como é o caso da matéria sobre a Leal Santos no jornal rio-grandino *Echo do Sul*, em 1910, ano em que as fotografias foram feitas:

São atualmente em número de 780 os operários, que aumentam por ocasião da safra dos doces de frutas, e assim divididos: no fabrico dos biscoitos 550, de conservas 360, na estamperia 70. Deles o maior

número é do sexo feminino, e é vê-las envoltas em amplos aventais brancos, os cabelos cobertos por grandes toucas alvas, a lidar na confecção das delicadas guloseimas e iguarias. Os patrões tratam a todos com carinho e, todos os dias, independentes das refeições que, a hora regulamentar, vão tomar aos seus domicílios, fazem servir-lhes uma farta merenda, lhes dando para tal o descanso de um quarto de hora. Os operários têm ainda uma cooperativa, muito bem administrada e que lhes presta bons auxílios (*Echo do Sul*, 04/06/1910, p. 1).

O teor do texto jornalístico entra em acordo com o que Cesar (2025, p. 6) entende por motivações propagandísticas das fotografias institucionais, onde “tudo nela é devidamente pensado e encenado”. O posicionamento alinhado das mulheres e do homem, o uso dos aventais e outros elementos, demonstram o objetivo de registrar o trabalho, mas também o rigor disciplinar, o uso adequado de uniformes, o fato de todas estarem olhando para baixo, aparentando estarem concentradas na execução de suas tarefas, são estratégias imagéticas escolhidas para construir a imagem empresarial. Uma análise mais detalhada, permite a identificação de muitas meninas e mulheres negras nesta seção. É possível contabilizar cerca de oito meninas na mesa central e três mulheres no lado direito da imagem. A presença de mulheres negras na Leal Santos fica ainda mais evidente na Figura 3.

Figura 3 – Mulheres trabalhando na Fábrica Leal, Santos & C., 1910.



Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande. Autoria: Ricardo Giovannini.

Trabalhando em pé ao redor de uma mesa de madeira, essas mulheres atuam no setor de rótulos e embalagem. Assim como na figura 2, notamos a presença masculina posicionada de forma que consiga observar e controlar o trabalho das mulheres. As duas mesas de trabalho possuem uma quantidade significativa de mulheres negras, cerca de dezoito, totalizando a maioria nesse setor. Ainda que a análise de raça e cor por meio das fotografias seja limitada e dificultada pela qualidade e pela cor da imagem, uma série de elementos permite apontarmos para o que foi por muito tempo negado pela historiografia: mulheres negras e homens negros estavam presentes nas fábricas brasileiras. No caso específico da Leal, Santos & C., destacamos que consideramos o conjunto de fotografias pertencentes ao álbum de 1910 e não apenas estas duas figuras de forma isolada e descontextualizada.

O jornal carioca “A Imprensa” utilizou essas imagens para descrever o trabalho, a rotina e o papel da Leal Santos no cenário industrial nacional. Com uma matéria ocupando uma página inteira, juntamente com cinco fotografias do álbum, destacamos aqui um trecho:

Além dos fornos há nessa seção 50 máquinas de fabricantes ingleses e alemães. Ocupam essa seção 50 operários, entre homens, senhoras e meninas; todos da cidade do Rio Grande. A princípio, os mestres eram ingleses e alemães, vindos por contrato, mas com o tempo o pessoal foi se preparando, da sorte que, hoje domina na fábrica. Pronto o biscoito, passa para a seção de enlatamento, serviço que é feito por senhoras e meninas, cinquenta operárias, e daí passam as latas já cheias para a seção de rotulagem, onde trabalham 20 senhoras e mocinhas (*A Imprensa*, 05/06/1910, p. 3 - grifo nosso).

Os trechos que destacamos corrobora com o que visualizamos nas imagens: a significativa presença feminina, de diferentes faixas etárias, e a sua nacionalidade brasileira. São, sobretudo, trabalhadoras e trabalhadores locais que atuam na Leal Santos. Embora a presença estrangeira tenha sido presente no início da fábrica, aos poucos essa mão-de-obra foi substituída quase que integralmente pela local. Considerando a grande presença negra da cidade do Rio Grande, isso envolve as mulheres e os homens negros. Assim, ainda que não tenhamos acesso às fontes históricas empresariais, que demonstrem com mais precisão e informação as questões raciais das trabalhadoras e trabalhadores da fábrica, as fotografias acabam por preencher parte dessas lacunas. Ainda que não saibamos seus nomes, suas histórias, salários e funções, essas imagens evidenciam que no período do Pós-Abolição, as

mulheres negras (idosas, adultas, jovens e crianças) trabalhavam em diferentes setores fabris. Esse caso pode ser estendido para outras cidades brasileiras que passaram pela industrialização nesse período da escravidão e pós-abolição.

Fábrica de Charutos Pooch

O alemão Gustav Pooch fundou a Fábrica de Charutos Pooch em Rio Grande no ano de 1891. O estabelecimento importava matéria-prima de Havana, de ilhas como Borneo e Sumatra e do estado da Bahia (Domecq, 1922) para produção de diferentes marcas e tipos de charutos. A Pooch possuía um grande número de trabalhadoras e trabalhadores imigrantes, homens especializados eram trazidos de países como Alemanha e Áustria (Loner, 2016) e mulheres com experiência no ofício de charuteira vinham de Cuba (Loner, 2016; Domecq, 1922). Nas fábricas de charutos “as mulheres ocupavam, apenas, as repartições de trabalho ligadas diretamente ao beneficiamento dos fumos, confecção e embalagens de produtos” (Silva, 2013, p. 8). A presença nessas funções está diretamente associada ao que já apresentamos anteriormente, à construção do papel feminino e certas habilidades atribuídas ao gênero, sobretudo os trabalhos manuais, que exigiam certa delicadeza nos processos.

Os homens, ocupando cargos administrativos, de serviço considerado mais “pesado” e “gerais” nas fábricas de charuto (Silva, 2013), eram também responsáveis pela vigilância e controle das mulheres. Mestres, contramestres e capatazes ficavam estrategicamente posicionados nas salas e repartições, para que pudessem observar, registrar e fiscalizar, como nas fotos da Leal Santos. Tal como destaca Silva (2013) eles também tinham autorização para punir as operárias de diferentes formas, caso identificassem qualquer atitude compreendida como indesejada e incompatível com o trabalho fabril. A observação Figura 4 permite identificarmos elementos importantes para a compreensão do cotidiano de trabalho, da opressão e das violências nas quais as mulheres da Fábrica de Charutos Pooch eram submetidas:

Figura 4 – “A seção onde se prepara o fumo na Companhia de Charutos Pooock”



Fonte: Domecq, 1916, p. 43.

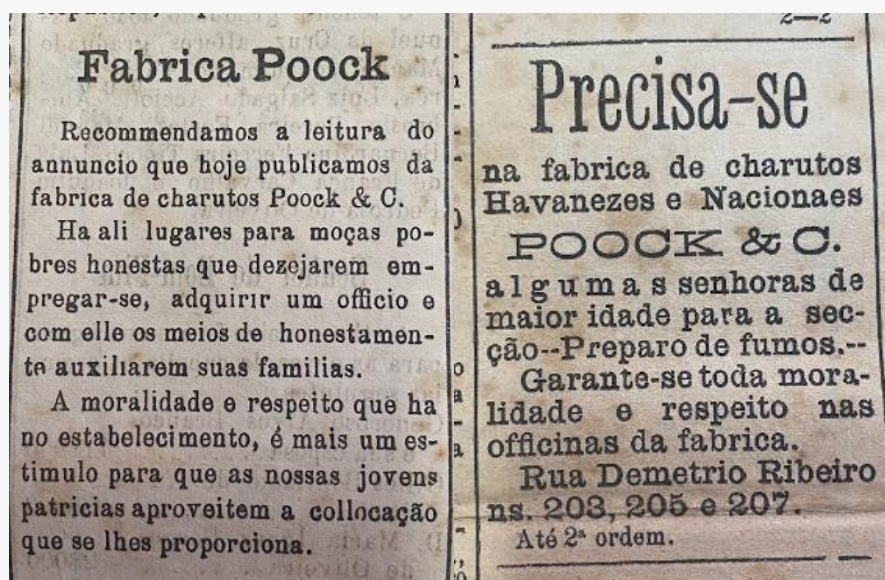
Posicionado na parte esquerda da imagem, o homem de avental observa as mulheres durante seu trabalho. Elas, por sua vez, sentadas em tamboretes, ou em pé, trabalham em suas bancas, “divididas, em média, em dez lugares cada uma, separadas por tábuas laterais que ofereciam a cada charuteira um espaço individualizado, onde arrumam seus instrumentos e materiais de trabalho” (Silva, 2013, p. 8). Como também é possível identificar por meio da análise da fotografia, a seção tem presença exclusiva de mulheres, de diferentes idades e cores.

Ao pesquisar fábricas de fumo da cidade de Cachoeira, na Bahia, o historiador Carlos Braga (2021) destaca que, dado o contexto do Pós-Abolição e a grande presença de mulheres negras nas fábricas do setor, os jornais da época sentiam a “necessidade de justificar a presença das mulheres negras nas fábricas, um espaço público por excelência, dentro dos padrões “decentes” e supostamente fora da “exploração” (Braga, 2021, p. 193). De acordo com o autor, nas primeiras décadas do século XX, as mulheres negras representavam 34% da presença feminina na Cia de Charutos Dannemann, uma das principais do ramo no país (Braga, 2021). Embora não haja registros dos operários e das operárias, a análise das poucas imagens disponíveis

permitem conceber algumas correspondências com relação à significativa presença de mulheres negras, sejam nacionais ou estrangeiras, na Poock, em Rio Grande.

A presença feminina nas fábricas não ficou isenta dos conflitos morais de uma sociedade machista e escravagista que por séculos relegou o trabalho, sobretudo os mais pesados e indesejados, às pessoas negras. Dessa forma, as fábricas precisavam construir a imagem de um ambiente de trabalho que não afetasse a moral e a honra de “mulheres de família”. Para isso, a imprensa desempenhou um papel fundamental, por meio de textos com tons propagandísticos que retratavam um local supostamente respeitoso, limpo, ordenado e honrado para as mulheres. O debate em torno da moralidade e da honra feminina suscitou argumentos de todos os lados e com interesses convergentes e divergentes. Tal como destaca Rago (2012, p. 587), tanto a elite quanto operários anarquistas e socialistas, compartilhavam “uma grande preocupação com a preservação da moralidade das mulheres no meio operário”. Esse discurso está presente em dois anúncios veiculados (Figuras 5 e 6) no jornal *Diário do Rio Grande*, em 1896, noticiando a disponibilidade de vagas para trabalhar na Fábrica de Charutos Poock.

Figuras 5 e 6 – Anúncios de trabalho para mulheres na Fábrica Poock na imprensa.



Fonte: Jornal Diário do Rio Grande, 19/09/1896, p. 1 e 2.

Nos cabe, a partir desses anúncios, levantar algumas questões importantes que nos auxiliam na compreensão do cenário de violência e repressão que as mulheres enfrentavam no período estudado. A ênfase dada para o fato de que tanto a vaga, quanto a fábrica, eram destinadas para “moças pobres” ou “senhoras de maior idade” honestas, remonta a própria compreensão e definição do que seria uma mulher honesta. A esse respeito, Bianca Guedes (2023) nos auxilia a pensar sobre o assunto a partir da análise do Código Penal de 1890, especialmente no artigo 268 que trata sobre “o crime de estupro de mulher honesta e, a partir dessa redação, passo a pensar uma categoria jurídica de ‘mulher honesta’” (Guedes, 2023, p. 2).

Relacionando outros fatores como raça e classe, a autora analisa o contexto moral do período, lembrando que “a mulher nesta época está dentro da esfera de poder da família”. Ainda que Guedes tenha como foco a questão do estupro da mulher honesta e da diminuição ou anulação da pena ao estuprador, caso ela não fosse reconhecida como tal, os apontamentos da autora demonstram a grande preocupação social para com a sexualidade, o comportamento e a moral da mulher. Nesse caso, uma mulher que sofria violência sexual, colocava em risco não só a sua moralidade e honra, como a de toda sua família (Guedes, 2023). O discurso higienista característico do início do século XX, e do processo de modernização dos centros urbanos, reforçou tais marcadores sociais e acrescentava novos estigmas e violências às mulheres trabalhadoras.

Expostas a todos os tipos de violência nas fábricas, havia uma preocupação social que o trabalho “manchasse a honra” e prejudicasse a imagem moral dela e, conseqüentemente, de sua família. Nessa direção, Ribeiro e Pires (2018, p. 62), localizaram diversos casos em que “os operários buscavam levar essas questões para a imprensa na tentativa de procurar defender a honra de suas companheiras de trabalho e possíveis familiares”. Glaucia Fraccaro (2016) salienta o quanto a moral, o peso da honra e a família como elementos centrais no âmbito social e político do início do século XX, influenciou o debate sobre os direitos femininos e as tarefas das mulheres no trabalho e no lar. A autora destaca que o zelo pela moral era uma preocupação das mulheres, visto que seu “rompimento” as ameaçava, bem como a garantia de seus direitos (Fraccaro, 2016). Essa realidade atingia as mulheres de todas as idades,

solteiras ou casadas, pois todas sofriam severas consequências, ainda que em diferentes níveis a depender de seu status social, classe e raça.

A frequência com que mestres, contramestres e capatazes utilizavam seus cargos, e poderes, para assediar e violentar as mulheres, sexualmente, moralmente ou psicologicamente, foi abordada por inúmeras pesquisas. Assim, a ênfase dada aos anúncios sobre a Fábrica de Charutos Pooock para a questão da moralidade, da honra e da honestidade devem ser compreendidas à luz de todos esses fatores.

Este e os demais exemplos trazidos ao longo deste artigo, contrastam com a imagem por muito tempo construída de uma classe trabalhadora masculina, sem a presença efetiva e ativa das mulheres, que eram “descritas como mocinhas infelizes e frágeis” ou “como figuras vitimizadas e sem nenhuma possibilidade de resistência” (Rago, 2012, p. 577-8). Dessa forma, o cenário analisado coloca em evidência diferentes facetas do processo de exploração, distinção e violência de gênero no âmbito fabril rio-grandino e que serve de parâmetro para compreendermos o cenário nacional.

Conclusão

As evidências apresentadas ao longo deste artigo demonstram que a experiência das mulheres nos Mundos do Trabalho em Rio Grande (1873-1920), não constitui apenas um apêndice da industrialização masculina, mas um pilar constituinte da própria formação da classe trabalhadora local. Ao cruzar fontes da imprensa, correspondências gerenciais e registros visuais, este estudo revelou que a presença feminina, longe de ser marginal ou “auxiliar”, serviu como algo central tanto da acumulação de capital nas fábricas quanto da manutenção da vida urbana através do trabalho doméstico e de serviços.

A análise das relações laborais em Rio Grande exige que a Teoria da Reprodução Social seja operada não apenas como um pano de fundo conceitual, mas como a lente que revela a interdependência entre a acumulação de capital e a vida doméstica. No cenário rio-grandino, a fronteira entre a fábrica e o lar revelou-se profundamente intrínseca: a manutenção de baixos salários e a viabilidade das primeiras indústrias, como a Fábrica Ítalo-brasileira e a Leal, Santos & C., sustentavam-se na externalização

de custos para o âmbito privado. Ao observarmos o trabalho feminino realizado "em domicílio" para as indústrias e a presença de crianças no chão de fábrica, o que se evidencia é uma estratégia deliberada de exploração que utiliza o trabalho de cuidado e a estrutura familiar como subsídios para o lucro industrial.

Essa dinâmica ganha contornos ainda mais nítidos quando confrontamos os registros documentais com as evidências iconográficas. Embora a historiografia tradicional possa sugerir uma homogeneidade europeia e masculina no operariado, as fotografias de época revelam a presença marcante de mulheres negras no ambiente fabril. Essa evidência visual obriga a uma interseccionalidade prática, permitindo investigar as hierarquias internas de cor e classe dentro do próprio chão de fábrica e desafiando a separação estrita entre o trabalho "produtivo" e o "reprodutivo".

Em suma, conclui-se que não é possível narrar a história do trabalho no Brasil sem centralizar a experiência das mulheres que foram fundamentais no processo de formação da identidade de uma das cidades mais operárias do Rio Grande do Sul. Este artigo, embora inicial, abre caminho para que futuras investigações aprofundem as subjetividades e as reivindicações destas trabalhadoras, devolvendo-lhes o seu lugar de direito como sujeitos políticos e sociais na construção da modernidade brasileira.

Referências

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Outubro, n. 23, p. 33-58, 2015.

BHATTACHARYA, Tithi. Como não deixar a classe de lado: reprodução social do trabalho e da classe trabalhadora global. In: MACHADO, Bárbara; SOUZA, Flávia. Gênero, raça e reprodução social: teoria e história para uma perspectiva ampliada da classe trabalhadora. São Paulo: Usina, 2023.

BILHÃO, Isabel Aparecida. Identidade e trabalho: análise da construção dos operários porto-alegrenses (1896 a 1920). 280 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BRAGA, Carlos Augusto Santos Neri. Pós-abolição no Recôncavo Baiano: uma análise do perfil social das trabalhadoras das manufaturas de charutos e cigarilhas (1910-1950). *Revista Escripturas*, v.5, n.1, 2021,p.180-201.

BRESOLIN, Felipe Treviso. Jogo, logo existo: futebol, conflito social e sociabilidade na formação da classe trabalhadora em Rio Grande/RS. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2023

COSTA, Vanessa Avila. Tecendo narrativas sobre o cotidiano de mulheres operárias na Fábrica Rheingantz: materialidades, memórias e processo de musealização colaborativa. 208f. Tese [Doutorado] em Antropologia. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2025.

DA SILVA CESAR, Tiago. As fotografias de 1913 e o mundo do trabalho na Casa de Correção de Porto Alegre. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 17, p. 1–27, 2025.

GUEDES, Bianca Jandussi W. de A.C.; “Mulher honesta” e moral sexual a partir do art.268 do Código Penal de 1890. 21º Congresso Brasileiro de Sociologia - UFPA, julho de 2023.

FAUSTO, Boris. Trabalho Urbano e conflito social. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. *Cadernos Cemarx*, n.10, p.13-38, 2017.

FRACCARO, Gláucia Cristina C. Os direitos das mulheres - organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937). 198f. Tese [Doutorado] em História - Universidade Estadual de Campinas, 2016.

KUNIOCHI, Marcia Naomi; COSTA, Ana Paula do Amaral. Precarização e preconceito: mulheres trabalhadoras na indústria da pesca. X Encontro Estadual de História, ANPUH-RS, Santa Maria, 2010.

LAGE, Mônica Maria Lopes. Entre o labor e a dor: o trabalho feminino na fábrica mineira de tecelagem - 1900/1920. *Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas*, v.7/8 , n.1, jan/dez 2013/2014.

LARA, Sílvia Hunold. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*”. Projeto História. São Paulo, fev. 1998.

LONER, Beatriz. *Construção de classe: Operários de Pelotas e Rio Grande*. 2. Ed. – Pelotas: Ed. UFPel, 2016.

LOPES, Aristeu E. M. Mulheres trabalhadoras no Rio Grande do Sul: fotografias 3x4 de solicitantes de carteira profissional (1933-1944). *História* (São Paulo), v.42, 2022.

MARAM, Sheldon Leslie. Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890–1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARIANI, Alfredo. Memórias sobre a Companhia Fiação e Tecelagem Rio Grande [manuscrito]. Rio Grande, 1950. MCRG 04594, Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande.

MARTINS, Solismar Fraga. Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanização (1873-1990). Rio Grande: Editora da FURG, 2016.

MATOSO, Caroline Duarte. “Nossos corpos foram boas raízes na fecunda terra da luta”: agência das mulheres operárias e o PCB (Rio Grande, 1950-1954). 261 f. Tese [Doutorado] em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

MATTOS, Marcelo Badaró. Escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

NERY, Olivia S. Leal, Santos & C – a história de uma fábrica através do seu biscoito: produção, venda, consumo e musealização. Tese – Doutorado em História. PUCRS, 2020.

PENA, Maria Valéria Junho. Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na construção do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PIRES, Isabelle Cristina da Silva; FONTES, Paulo. Crianças nas fábricas: o trabalho infantil na Indústria Têxtil carioca na Primeira República. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n.30, e0101 mai/ago 2020.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. *In*. DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos; Pires, Isabelle Cristina da Silva. “A alma da mulher brasileira explodiu em vibrante protesto”. Condições de trabalho feminino e formas de resistência em fábricas têxteis do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. *Trashumante - Revista Americana de História Social*, v. 12, 2018.

ROEDIGER, David. R. E se o trabalho não fosse branco e masculino? Recentrando a história da classe trabalhadora e estabelecendo novas bases para o debate sobre

sindicatos e raça. In: FORTES, Alexandre et. al. Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

RUAS, Rhaysa. Unidade na diversidade: Teoria da Reprodução Social e o feminismo para os 99%. São Paulo: Usina, 2025.

SCHERER, Jovani de Souza. Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX. Dissertação [Mestrado em História]. UNISINOS, São Leopoldo, 2008.

SCOTT, Joan "Women in the Making of the English Working class", IN SCOTT, J.: Op. cit. 1988 In: SCOTT, Joan. Gender and the Politics of History. Columbia University Press, 1988.

SILVA, Maria Amélia Gonçalves. Rompendo o silêncio: a participação feminina no movimento operário de Rio Grande - Pelotas (1890-1920). Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, Porto Alegre, v. 22, n.2, p. 157-175, dez, 1996.

SILVA, Elizabete Rodrigues. Resistência inventiva das mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano. Revista Feminismos, 1 ed. jan/abr 2013.

SILVA, Suzana Maria Veleda da; SPOLLE, Marcus Vinicius. O Trabalho Feminino Nas Fábricas de Conserva de Pescado: A permanência de uma exploração laboral. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona, janeiro 2014. Disponível em <<https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-464.htm>>

SOUZA, Flávia Fernandes de. Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920). Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense, 2017.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. Experiência de mulheres – Destino de gênero. Tempo Social – Revista Sociologia da USP, São Paulo, v.1, 1989.

TESSARI, Anthony Beux. Imagens do labor: memória e esquecimento nas fotografias do trabalho da antiga metalúrgica Abramo Eberle (1896-1940). 2013. 636 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

TORRES, Luiz Henrique. História do Município do Rio Grande. Rio Grande: Pluscom, 2015.

VOGEL, Lise. *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013. / Disponível em português: VOGEL, L. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. São Paulo: Expressão Popular, 2022.